

## DECISÃO DO PREGOEIRO

**ASSUNTO:** Recurso interposto itens 3, 4, 6 e 8 do Pregão Eletrônico n.º 23/2020, Sistema de Registro de Preços – SRP, Menor Preço.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO** nº 59500.001590/2020-51

**OBJETO:** Fornecimento, transporte, carga e descarga de tratores, implementos agrícolas e veículos destinados à implantação de ações de inclusão produtiva em diversos municípios localizados na área de atuação da Codevasf no Estado do Amapá – AP.

### RESUMO DOS FATOS

Trata-se de recurso interposto tempestivamente pela empresa MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA (CNPJ nº 04.258.235/0001-39), contra a sua inabilitação nos itens 3, 4, 6 e 8 do Pregão Eletrônico nº 23/2020.

Motivo da Inabilitação: Descumprimento do subitem 9.1.3, alínea 'a' do TR. (Os Atestados anexados não permitem constatar a experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto desta licitação).

Intenção de Recurso: *“nossa empresa manifesta-se contra a decisão do pregoeiro em nos desclassificar, e solicitamos que nossa intenção de recurso seja aceita, pois iremos provar em recurso a nossa apresentação do atestado de capacidade técnica”*.

Em síntese, a RECORRENTE alega que a sua *“desclassificação afronta o princípio da razoabilidade, tendo em vista que o artigo 13, do Decreto nº 3.550/00, facultou ao licitante devidamente registrado no SICAF, desde que regular e ativo, o benefício de não ter que apresentar a documentação exigida para a comprovação de sua capacitação técnica e financeira”*; visto *“que a sua capacidade técnica já consta do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicafr”*.

**CONTRARRAZÕES – não houve.**

### DA ANÁLISE ÀS ALEGAÇÕES RECURSAIS

A priori, convém informar que a Recorrente foi inabilitada por não cumprir todas as exigências de habilitação, especificamente o que menciona a alínea ‘a’, subitem 9.1.3 do Termo de Referência, transcrita a seguir: *“Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimentos similares ao objeto da licitação”*, senão vejamos:

- A) Atestado de Aptidão Técnica emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Juína (UASG 158493): para fornecimento de Gêneros Alimentícios, incluindo carnes bovinas, aves, embutidos e derivados;

- B) Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura de Nova Ponte/MG: para fornecimento de materiais (de escritório, de construção, elétrico, hidráulico, de limpeza etc.), gêneros alimentícios, brinquedos, dentre outros materiais diversos.

Cabe registrar o contido no subitem 11.1.4.1 do instrumento convocatório: “A *Qualificação Técnica constitui-se dos documentos exigidos no subitem 9.1 do Termo de Referência, Anexo I, que integra o presente Edital, devendo ser apresentados na forma ali estabelecida para fins de avaliação da qualificação técnica*”. (Grifo nosso).

A Recorrente se vale do Artigo 4º, Inciso XIV da Lei 10.520/2002, ao defender que o Relatório Nível V - Qualificação Técnica, constante do SICAF, supre e substitui a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, quando cita que “os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes”.

Faz menção ainda ao Decreto nº 3.550/00, o qual foi REVOGADO pelo Decreto nº 4.074/02, os quais não tem correlação com a fundamentação de sua peça recursal.

Contudo, faço alusão ao Decreto 10.024/2019, Art. 40, Parágrafo único, que não faz referência à qualificação técnica como um item passível de substituição ou dispensa, conforme transcrito a seguir, nem tampouco a Lei nº 10.520/02 torna a exigência imprescindível:

“Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal e trabalhista;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. A documentação exigida para atender ao disposto nos **incisos I, III, IV e V** do caput poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf e em sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos.”

Nesse diapasão, entende-se que a habilitação dos fornecedores pode ser comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, visto constituir-se de um sistema de presunção de legalidade habilitatória, **mas excetuam-se das exigências para habilitação prévia no SICAF as relativas à qualificação técnica da interessada**, as quais somente serão demandadas quando a situação exigir, por terem relação direta com o objeto licitado, e este depende de cada caso.

É importante ressaltar que o cadastramento no SICAF é composto por níveis: I – Credenciamento; II - Habilitação Jurídica; III - Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; IV - Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal; V - Qualificação Técnica; e VI - Qualificação Econômico-financeira.

Enquanto que o lançamento no módulo Qualificação Técnica supre a exigência de registro em entidade competente do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.666/93, o § 4º do referido inciso prediz que “nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de **atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado**”, (Grifo nosso), os quais não são registrados no SICAF.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados conforme o prazo determinado no Edital, que não poderá ser inferior a duas horas, porém a licitante não poderá apresentar nas exigências complementares documentos habilitatórios obrigatórios, mas sim corroborativos. Até porque, no item 11, subitem 11.1 do Edital está descrito: *“Após o encerramento da fase de aceitação das propostas, com a decisão acerca do último item em disputa, registrada no sistema eletronicamente, o Pregoeiro procederá análise relativa à documentação de habilitação do(s) licitante(s) vencedor(es), documentação essa, já enviada juntamente à Proposta de Preço, conforme previsto no subitem 6.1, alíneas "a" a "d", combinado com o art. 39 do Decreto 10.024/2019, que deverão comprovar a situação de regularidade (...)”*. (Grifo nosso)

O Edital é claro e vincula todos os licitantes, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas editalícias, implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, afrontar-se-ia os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 2º do Decreto 10.024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, no âmbito da administração pública federal:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Assim, a Recorrente, acabou por desatender o estabelecido no Edital, posto que não enviou os documentos no momento correto, ato confessado pela licitante ao afirmar que *“Muito embora o recorrente já tenha contratado com a administração itens da mesma similitude, (...) houve erro no envio dos documentos comprobatórios de sua capacidade técnica, já que estes não foram carregados corretamente pela rede Comprasnet, (...)”*; não podendo a Administração, agora, agir contrariamente às regras do certame. Aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências.

Com isso, restou observado, o princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a análise dos documentos se deu com base em critérios indicados no ato convocatório.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO<sup>1</sup>

(<sup>1</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244)

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”.

Assim, por todo o exposto, entende-se que não merece acolhimento a tese trazida à baila pela Recorrente. É, sim, caso de manutenção da decisão desclassificatória e consequente desprovimento do recurso interposto pela empresa MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.

### **DAS RAZÕES DA DECISÃO**

Passa-se às razões de decidir:

Considerando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 2º do Decreto 10.024/2019: da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos;

Considerando que só se deve adjudicar o objeto à licitante que estiver em conformidade com todas as exigências do Edital;

Julgo improcedentes os argumentos apresentados pela empresa MILLENIUM - SERVICOS, COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA, e nego-lhe provimento ao recurso interposto.

Em atendimento ao disposto no Art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, e subitem 13.2 do Edital, após a devida análise e manutenção das decisões do pregoeiro, submeto, portanto, à Autoridade Competente, a qual deverá decidir sobre os recursos interpostos.

Brasília/DF, 19 de novembro de 2020.

Respeitosamente,

Cleide Costa de Souza Rocha  
Suplente do Pregoeiro  
Decisão nº 489 de 16/7/2020